



Leitores criticam postura do MPF em processo contra banco

A reportagem publicada na revista **Consultor Jurídico** sobre o procurador Luiz Francisco, na sexta-feira (3/9), movimentou os noticiários e os leitores. Foram vários comentários tanto na revista ConJur quanto no [Blog](#) do jornalista Ricardo Noblat desde que foi ao ar a notícia sobre uma ação de improbidade administrativa, combinada com ação civil pública, contra o grupo Opportunity e seu dono, o banqueiro Daniel Dantas, e outras pessoas.

O arquivo em que foi digitada a ação não tem origem na Procuradoria, onde Luiz Francisco trabalha, mas no computador de um empresário que é parte interessada na causa em questão. O autor do arquivo seria o advogado Marcelo Ellias. O procurador rechaça que tenha apresentado uma ação que não seja de sua autoria. Mas não explicou porque ao se checar a origem do arquivo, verificando suas propriedades, o computador registrado é da Nexxy Capital Ltda., empresa de propriedade de Luiz Roberto Demarco, desafeto de Dantas. (Leia a notícia abaixo)

A reportagem da revista ConJur teve repercussão em jornais como Correio Braziliense, Estado de Minas, O Globo e O Estado de S. Paulo. De acordo com *Tereza Cruvinel*, o “procurador Luiz Francisco de Souza notabilizou-se pela desenvoltura, pela agilidade e pela impetuosidade com que dispara para cima, propondo ações e investigações contra autoridades e mandatários”. Desde sexta-feira “ele experimenta o veneno da acusação precipitada”.

No Blog de Noblat, um promotor de Justiça afirmou que um procurador deve ter equilíbrio emocional, ter ética e ser imparcial. O promotor disse que não se pode mover uma ação contra alguém “movido por sentimentos pessoais ou por conta de alguma ideologia política qualquer (destruir o capital?!). E acrescentou: “As afirmações de que tudo vale para conseguir prova causam-me profundo horror. Dizer que é normal o ‘promotor público’ cultivar ou valer-se de certos relacionamentos para reunir provas incriminatórias é absurda e inverídica”.

O estudante Elton Euclides Fernandes disse que “é lamentável esta postura de um dos homens que sempre se pautou pela ética e o respeito à coisa pública. É lamentável, mas já não nos causa tanto espanto, banalizando o olhar, vamos ficando acostumados a conviver com estas atitudes”. Ele afirmou, ainda, que é “inconcebível ter que ler ‘não importa de onde veio o arquivo, o importante é que ele foi apresentado’. Oras, coloca-se então o Ministério Público como um ser intocável, acima de qualquer suspeita...”.

O professor Marcio de Oliveira Franco Maia, de São Paulo, disse que os fatos são graves e merecem a “pronta e urgente investigação”. E ainda deixou um recado para a equipe da revista Consultor Jurídico. “Preparem-se com a revolta dos procuradores.”

Já o professor Pedro Gontijo, do Distrito Federal, saiu em defesa do procurador, mesmo reconhecendo que os fatos precisam ser apurados. “Todavia o que percebo é que há uma enormidade de ‘urubus’ loucos para ver alguém como Luiz Francisco fora de ação. Este senhor tem contribuído significativamente para a democracia deste país. Denunciou atrocidades e crimes que, sem a ação do mesmo, talvez não viessem a tona”, disse. E acrescentou: “Se vez por outra cometeu seus excessos,



acredito serem sempre em interesse público.”

O ex-secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira, concluiu: “O procurador estará agora experimentando o remédio que ele mesmo disseminou”.

Comentários do leitor

Por razões ainda não esclarecidas totalmente, o site Consultor Jurídico sofreu um forte abalo e o mecanismo que permite comentar notícias foi desabilitado. Os 67 comentários de leitores simplesmente desapareceram. Graças a uma leitora atenta, que soube do fato pelo Blog do Noblat (onde se trava um debate sobre a notícia desta página), as opiniões manifestadas foram recuperadas.

Date Created

06/09/2004